

Juízes do Rio Grande do Sul dizem que processo eletrônico piora a saúde

Os juízes federais do Rio Grande do Sul estão preocupados com os efeitos do processo eletrônico em sua saúde. Do início do ano passado para cá, quando foi instalado o primeiro software por lá, quase 80% deles perceberam piora em sua saúde e bem-estar em decorrência do trabalho. E pior: 95% dos magistrados federais gaúchos acham que daqui pra frente o processo eletrônico vai piorar ainda mais sua saúde.

As informações são de [pesquisa](#) conduzida pela Associação de Juízes Federais do Rio Grande do Sul (Ajufergs). O estudo ouviu 92 juízes, entre 23 de maio e 8 de junho deste ano, sobre as condições de trabalho com o advento do processo eletrônico. O levantamento foi enviado, em papel, a todos os 167 magistrados ativos da Ajufergs, e teve uma taxa de resposta de 55%.

Dos juízes ouvidos, 20% disseram não sentir nenhuma mudança em seu trabalho, enquanto apenas 1% acha que houve melhora. Entre os problemas relatados, 73% reclamaram da visão e 54% de dores físicas. Quarenta e sete por cento se referiram a cansaço, dor de cabeça ou problemas no sono.

Entre os problemas de visão, 86% afirmaram sentir dificuldades de enxergar, como ardência ou cansaço nos olhos e aumento de grau nos óculos. Os que falaram em dores físicas, 50% sentiram as mãos, os dedos e os punhos, 47% reclamaram de dores nas costas, 41%, pescoço, e 37%, nos ombros.

Quanto à mente e bem-estar, 44% relataram cansaço, stress, nervosismo ou preocupação excessiva, 33% falaram de dores de cabeça e 14% disseram sofrer de ansiedade ou depressão.

Movimentos repetitivos

Outra reclamação dos juízes federais do Rio Grande do Sul é sobre as mudanças no processo eletrônico na Justiça Federal da 4ª Região. Enquanto a taxa de satisfação com a primeira versão do software, o Eproc1, é de 58%, a do Eproc2 é de apenas 19%. Os magistrados reclamam de não terem sido consultados sobre uma mudança que acabou por atrapalhar seu trabalho. Quase 70% dos juízes acham que o Eproc2 dificultou seu trabalho, pois exige mais tempo e esforço.

Na opinião do coordenador do estudo, juiz federal **Cândido Leal**, há dois grandes problemas com o processo eletrônico. O primeiro é a visualização das páginas dos processos, feita por meio de uma tela de computador, que exige um clique a cada mudança de página. Em um processo com 20 volumes, de acordo com Leal, a tarefa se torna exaustiva. O segundo problema é o sistema de assinatura digital, que exige, segundo ele, 11 cliques.

Outra queixa é o sedentarismo a que o computador força os juízes. Leal relata que, com os processos em papel, os juízes são obrigados a levantar e transportar os volumes das estantes até suas mesas. Com o computador, não é mais necessário sair da cadeira. Ao mesmo tempo em que isso aumenta a produtividade, é um agravante para problemas físicos relacionados a postura e movimentos repetitivos.

Leal também aponta para decisões tomadas à revelia dos juízes. O coordenador da pesquisa conta que

não houve consulta sobre o que deveria ter no novo software, ou o que os novos equipamentos precisam. Reflexo disso está no relatório: 82% dos magistrados estão insatisfeitos com a conexão e estabilidade do sistema e 43% estão insatisfeitos com os equipamentos físicos, os hardware. Por conta disso, 98% dos juízes federais gaúchos disseram que deveriam — e devem — ter sido consultados sobre as decisões de informática.

Clique [aqui](#) para ler a pesquisa.

Date Created

22/08/2011